

ANALISANDO NARRATIVAS DE SERVIDORES 60+ DA UFG SOBRE USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E DIGITALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Galba Cristina Bezerra França Scartezini

Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Goiânia, Brasil
galbacristina@ufg.br | ORCID iD: 0009-0003-5599-1956

Carlos Eduardo Henning

Universidade Federal de Goiás
Departamento de Ciências Sociais | Goiânia, Brasil
carloveduardohenning@ufg.br | ORCID iD: 0000-0003-2103-2821

“Eu tive que aprender isso tudo [usos das plataformas digitais durante a pandemia da COVID-19]. E eu achei ótimo, eu achei bom demais” - Joana, nome fictício, como todos os demais aqui citados, 61 anos, docente da UFG.

“Eu acho que nós temos gente aqui [na UFG] que não sabe mexer em nada [plataformas digitais], independente da idade” - Raimundo, 66 anos, docente da UFG.

“Às vezes o aluno fala ‘nossa professora, você sabe fazer isso?’ Porque não né? Porque eu não saberia? Então eu vejo um pouco nesse sentido, da gente entender esse processo, entender que o etarismo está presente no nosso cotidiano” - Bete, 62 anos, docente da UFG.

“Talvez a expectativa de vida, a tecnologia venha trazer uma melhora na qualidade de vida nossa (...) a tecnologia está buscando a gente trabalhar menos e ter mais lazer, né?” - Alfredo, 67 anos, docente da UFG.

Como as falas de interlocutores/as acima permitem antever, esta investigação mobiliza, entre outras questões, a análise entrelaçada de envelhecimento, velhice, usos de plataformas digitais e digitalização das relações trabalhistas. Para sermos mais exatos - e temporalmente delimitando o período final da emergência da pandemia da COVID-19 - esta investigação se volta a analisar as narrativas de servidores/as docentes e técnicos/as administrativos/as da Universidade Federal de Goiás - UFG, todos com 60 anos de idade ou mais, sobre os eventuais desafios e oportunidades do crescente uso de plataformas digitais e do que estamos chamando preliminarmente de *digitalização das relações trabalhistas* no contemporâneo.

Sensibilizada pelo debate sobre formas de desigualdades digitais contemporâneas, esta investigação coloca em relevo o cenário de servidores/as públicos na velhice e distintos usos de ambientes digitais na realização de funções trabalhistas variadas. Nesse sentido - ao contrário do que se poderia supor e em contraste com determinadas concepções e expectativas etaristas relacionados à ideia de exclusão digital de pessoas idosas - nossos/as interlocutores/as, atuando na UFG, têm demonstrado um caráter dinâmico e desenvolvimento nos usos de tecnologias e plataformas digitais, agenciando os usos de tais tecnologias, entre outras coisas, para simplificar e facilitar o dia a dia do trabalho.

No contemporâneo, a internet e os universos digitais se entrelaçam de maneira profunda, complexa e desigual nas mais variadas tramas da vida social. A pandemia de COVID-19, por sua vez, não apenas devastou milhões de vidas, impactando de modo profundo e desigual a todo o mundo, mas também redefiniu incisivamente rotinas e dinâmicas trabalhistas, iluminando de forma inequívoca a centralidade das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em nosso cotidiano. Nesse sentido, dados do TIC Domicílios (2020) revelam uma realidade impressionante: cerca de 30% dos/as brasileiros/as não têm acesso regular a tais tecnologias. Este ensaio, porém, desvia-se da curva de profunda exclusão digital que assombra uma parcela significativa da população e se detém em um conjunto de interlocutores/as que surpreendeu por relatos de relativa boa adaptação às exigências de aprofundamento da digitalização das relações trabalhistas a partir da referida pandemia.

Esta pesquisa de mestrado¹ ainda está se desenrolando e nela se destaca um ponto fora da curva, uma vez que se desvincula, em grande medida, das narrativas convencionais de exclusão digital na velhice. Longe de serem “excluídos”, esses/as servidores/as se destacam como protagonistas de uma experiência digital enraizada na contemporaneidade e intensificada pelo impacto da pandemia de COVID-19. Neste cenário, o presente ensaio apresenta análises preliminares de um campo etnográfico recém-encerrado e busca explorar as complexidades das narrativas dessas pessoas sobre interações digitais em seus contextos de trabalho, desvendando os matizes de suas experiências em um mundo cada vez mais tecido e guiado por processos digitais.

¹ Esta pesquisa de mestrado é orientada pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning e está incluída no projeto de pesquisa guarda-chuva “Por uma Antropologia do Curso da Vida: marcadores sociais das diferenças e transformações no curso da vida”, também sob coordenação do mesmo docente, aprovado no Comitê de Ética da UFG em 2014, com alterações aprovadas em 2018 e 2022.

No que diz respeito ao cenário atual e em um contexto geral, os últimos anos têm se apresentado como um período desafiador para a pessoa idosa em nosso país. Isso é particularmente evidente quando consideramos não apenas os impactos da pandemia de COVID-19, conforme destacado por Henning (2020), mas também as instabilidades econômicas, sociais e políticas que têm marcado a trajetória do Brasil. Dito isto, este trabalho adentra não apenas na esfera tecnológica, mas também nos meandros das histórias pessoais, desafios e transformações vivenciadas por servidores/as, oferecendo uma reflexão sobre a conexão entre suas vidas e o universo digital contemporâneo.

Embora este ensaio tenha sido elaborado e revisado a quatro mãos, a partir deste ponto, Galba Cristina Bezerra Franca Scartezini passará a usar a primeira pessoa do singular no texto de modo a apresentar suas análises e reflexões em processo sobre seu recente trabalho de campo etnográfico que resultará em sua dissertação de mestrado. O tom do restante do texto será ensaístico e representativo de um momento preliminar ao da escrita da dissertação.

* * *

Como mestranda em Antropologia pelo PPGAS da UFG, minha jornada de pesquisa tem sido uma imersão apaixonante no universo das pessoas idosas, nos seus pontos de vista e na análise de suas narrativas. Meu campo, agora chegando ao seu desfecho, foi uma experiência profunda e transformadora, onde me vi envolvida nas complexidades e riquezas das narrativas dos meus e minhas interlocutores/as.

O encanto pela pesquisa com a pessoa idosa não é apenas acadêmico; é um interesse que se aprofundou a cada dia. A sensibilidade que desenvolvi ao longo dessa jornada transcende os limites da academia e se torna uma parte intrínseca de quem sou. Cada história compartilhada, cada desafio enfrentado pelos/as meus/minhas interlocutores/as se tornou uma peça essencial na construção do meu entendimento e apreço por essa fase da vida.

Minha trajetória acadêmica é marcada por uma afinidade duradoura com a tecnologia, tema que explorei em meu trabalho de conclusão de curso na especialização em Gestão Pública. No contexto do meu mestrado, essa afinidade se converteu em uma oportunidade única de unir o útil ao agradável, explorando as interações das pessoas mais velhas com as plataformas digitais, no âmbito da UFG.

Além de minha jornada acadêmica, sou servidora Técnica Administrativa em Educação (TAE) na UFG há aproximadamente oito anos, uma realidade que se manteve durante minha pesquisa, pois não me afastei das minhas atividades como servidora para realização do mestrado. Essa continuidade me permitiu integrar minha rotina laboral ao meu campo, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências dos/as servidores/as mais velhos/as da instituição.

Simultaneamente, durante meu percurso no mestrado, assumi a direção da Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DASS), um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFG. Embora desafiador, esse desempenho multifacetado tem sido enriquecedor,

permitindo-me manter o ritmo intenso da pesquisa enquanto contribuo ativamente para a gestão de políticas de saúde dos/as servidores/as.

Este é um trajeto árduo, por vezes desafiador, mas extremamente recompensador. À medida que vislumbro a conclusão da pesquisa, também enxergo a possibilidade de contribuir na eventual proposição de políticas públicas significativas voltadas a servidores/as idosos/as na UFG. A perspectiva de implementar ações práticas, especialmente dentro do órgão onde atuo, que coordena e integra iniciativas de assistência à saúde, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos/as servidores/as, é uma motivação adicional para concluir esta jornada com êxito.

Estou próxima do fim da pesquisa, mas também do início de uma nova fase, onde as descobertas possibilitarão ações concretas, influenciando positivamente a vida dos/as servidores/as com sessenta anos de idade ou mais da UFG.

No cotidiano da minha pesquisa, adentrei o universo dos/as servidores/as com 60 anos de idade ou mais da UFG. O convite para participação nas entrevistas, enviado por e-mail a 569 servidores/as, abriu as portas. Com três opções de modalidades ofertadas - telefone, videoconferência ou presencial - ofereci flexibilidade aos participantes, resultando em um retorno entusiasmado de oito participantes nas primeiras 12 horas.

Contudo, a harmonização de agendas se tornou um desafio complexo, revelando a diversidade das disponibilidades e a crescente inclinação para entrevistas via videoconferência. Das oito entrevistas realizadas, apenas uma foi presencialmente. As demais, por videoconferência. Minha própria rotina, marcada por um cargo de direção na UFG, adicionou uma camada de complexidade, resultando em adiamentos pontuais devido a convocações da reitoria e compromissos com o PPGAS.

Essa experiência prática de agendar entrevistas diante de agendas conflitantes revelou-se cansativa e desafiadora, levando-me a refletir sobre a necessidade de uma abordagem mais eficiente. Imprevistos, como ausências repentinas e "bolos", pontuaram a complexidade inerente à condução de entrevistas em um ambiente dinâmico e diversificado.

Ao longo deste processo, percebi uma evolução significativa em minha habilidade de condução de entrevistas. A confiança e a fluidez surgiram após as primeiras entrevistas, criando um ambiente de conversa mais descontraído e envolvente. A predisposição dos/as interlocutores/as para compartilhar suas experiências destacou-se, e a riqueza da pesquisa residia na singularidade de cada narrativa.

O tempo das entrevistas variou, desde diálogos mais curtos de 40 minutos até conversas mais longas que se estenderam por até 1 hora e 40 minutos. Adaptei-me às respostas antecipadas dos/as interlocutores/as, ajustando meu roteiro para garantir uma experiência envolvente e evitar redundâncias, mesmo diante do desafio de manter o equilíbrio entre profundidade e eficiência.

Ao explorar essas complexas narrativas, é importante destacar o cuidado ético que orientou cada entrevista. A transparência, o respeito, a confidencialidade e a consideração pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) moldaram cada encontro, proporcionando uma base ética sólida para as conversas que se seguiriam.

Considerando o curso da vida dos/as servidores/as públicos/as, é relevante sublinhar que esta pesquisa abrange pessoas entre 60 e 74 anos e 11 meses. A escolha dessa faixa etária está fundamentada na aposentadoria compulsória, que ocorre aos 75 anos. E o início dela, 60 anos, ocorreu a partir do que estabelece o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Essa delimitação possibilita explorar as experiências desses profissionais em um momento importante de suas trajetórias, enquanto lidam com as demandas e transformações provenientes da digitalização do trabalho no contexto da educação pública superior.

A metodologia adotada nesta pesquisa prioriza a abordagem etnográfica, centrando-se na análise das narrativas dos/as servidores/as públicos/as com 60 anos ou mais da UFG². As entrevistas semiestruturadas desempenham um papel significativo, explorando em profundidade as experiências, percepções e desafios enfrentados pelos/as servidores/as no contexto da digitalização do trabalho. O foco está na qualidade das informações obtidas por meio dessas entrevistas, privilegiando a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais em estudo em vez da mera quantificação dos dados.

Além disso, foi conduzido um levantamento de dados por meio de um survey usando um formulário eletrônico, especificamente através do Google Form, enviado por e-mail aos/as servidores/as públicos/as com 60 anos ou mais da UFG. Este survey visou obter informações iniciais sobre a experiência e percepções dos/as servidores/as em relação à utilização de plataformas digitais no ambiente de trabalho. Tendo sido enviados 569 questionários, obtive 59 respostas. No entanto, é necessário destacar que o cerne da pesquisa reside na análise das narrativas exploradas nas entrevistas, permitindo uma etnografia das vivências dos/as servidores/as.

O uso do *survey* se tornou, entre outras coisas, um meio de rastrear problemáticas que poderiam ser mais profundamente analisadas através das entrevistas. Assim, além de proporcionar observações sobre as percepções e dificuldades dos/as servidores/as 60+, até mesmo a quantidade de adesões ao formulário eletrônico pode ser considerada um indicativo para a pesquisa. Uma maior adesão sugeriria um maior interesse dos/as servidores/as em compartilhar suas experiências, enquanto uma menor adesão poderia indicar desafios sobressalentes no acesso e uso das plataformas digitais logo nesse primeiro momento.

Além das entrevistas, a pesquisa incorpora a observação participante no cotidiano de trabalho, oferecendo uma compreensão mais abrangente das práticas e interações dos/as servidores/as com as plataformas digitais. Essa abordagem holística, combinando entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de dados quantitativos via survey, busca construir um quadro indicativo, na medida do possível, mais completo e contextualizado dos desafios enfrentados pelos/as servidores/as desta faixa etária em relação às plataformas digitais. A abordagem inclui também um componente de análise bibliográfica e documental, com revisões sistemáticas da literatura e análise de documentos relevantes para aprofundar a compreensão sobre o tema e embasar as análises.

² A partir desse momento utilizarei a expressão “60+” para indicar o recorte de idade de meus e minhas interlocutoras.

A obtenção dos dados essenciais para a pesquisa iniciou-se com uma solicitação formal à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROPESSOAS da UFG por meio de e-mail. Este pedido detalhou os métodos e propósitos da investigação, garantindo a confidencialidade dos dados. Após a aprovação, a PROPESSOAS prontamente disponibilizou uma planilha em outubro de 2022, contendo informações relevantes.

Os dados fornecidos abrangeram 4.179 servidores/as ativos/as de todas as idades. Dentre esses, 569 servidores/as com 60 anos ou mais, representando 13,6% do total. Dos 569 servidores com 60 anos ou mais, 300 são homens e 269 são mulheres. Esta discrepância de gênero levanta questões sobre a representatividade feminina, sugerindo potenciais desigualdades estruturais em termos de relações de gênero. A falta de dados étnico-raciais inicialmente não compromete a relevância do estudo, e sua inclusão posterior permitirá uma análise mais completa.

Nessa faixa etária, 336 indivíduos/as representam 59,05% dos/as servidores/as, sendo Técnicos/as Administrativos/as em Educação (TAE), enquanto 233, correspondendo a 40,95%, são Docentes. A disparidade entre essas categorias, inicialmente surpreendente, aponta para a necessidade de uma investigação aprofundada sobre as razões que levam alguns servidores a permanecerem ativos durante a velhice.

Os dados revelados pelos questionários enviados a 569 servidores/as da UFG, com 60 anos ou mais, fornecem uma amostra rica e diversificada. Dentre os contatados/as, obtivemos 59 respostas. Em relação à categoria no serviço público, 64,4% dos respondentes são docentes (38), enquanto 35,6% são Técnicos/as Administrativos/as em Educação (21). O tempo de serviço na UFG abrange um espectro amplo, de 1975 a 2019, com um pico de entrada notável em 1993 e 1994. A esmagadora maioria dos participantes é composta por brasileiros (98,3%). Apenas uma interlocutora informou ter a nacionalidade estrangeira e na fase seguinte da pesquisa, que consistiu na entrevista, eu consegui conversar com essa interlocutora e fazer a devida análise etnográfica da sua narrativa, o que analisarei em profundidade *a posteriori*, na dissertação.

A análise étnico-racial revela um perfil predominantemente branco entre os participantes, representando 62% da amostra. No entanto, observa-se a presença de 1 participante autodeclarado preto, totalizando apenas 1,7% da amostra. A categoria de autodeclarados “pardos” compreende 29,3% dos respondentes (17), enquanto houve um representante autodeclarado de cor “amarela” (1,7%), um “indígena” (1,7%), um “mestiço brasileiro” (1,7%), um indivíduo afirmando-se “mistura entre branco e indígena” (1,7%).

No âmbito acadêmico, 40,7% dos participantes têm doutorado, sendo a grande maioria docentes. Apenas 1 dos 24 servidores/as que têm doutorado é TAE. Nesse sentido, ao considerar aspectos socioeconômicos, observa-se uma variedade na distribuição de renda, com 40% dos respondentes recebendo de 10 a 15 salários mínimos (R\$13.200,00 a R\$19.800,00). A maioria é casada (48%), e 13,6% são solteiros. A identidade religiosa também apresenta diversidade, com destaque para católicos (23), espíritas (14), e evangélicos (9).

No contexto familiar, 54,2% dos participantes residem com cônjuge, companheiro/a ou namorado/a. Aqueles que relataram ter vivenciado discriminação ou violência em decorrência da idade somam 14 pessoas. E quando se trata de uso de plataformas digitais, 100% dos/as interlocutores/as utilizam WhatsApp, sendo o YouTube a plataforma mais popular (76,3%). A pandemia teve um impacto significativo no aumento do uso dessas tecnologias. Embora alguns

participantes tenham mencionado desafios na utilização de plataformas digitais, como falta de domínio e eventuais impactos no trabalho, a maioria (64,4%) considera que as plataformas digitais facilitam sua rotina no local de trabalho.

Essas são apenas pinceladas dos dados disponíveis na futura dissertação, convidando as pessoas interessadas a explorarem mais detalhes sobre as nuances da vida e das experiências dos/as servidores/as mais experientes da UFG. Foram realizadas 8 entrevistas, das quais 7 são docentes e apenas uma servidora é técnica administrativa em educação. Dos/as 8 entrevistados/as, apenas 2 são homens e a maioria (6) se definiam como brancos/as e duas se autodeclararam como pardas. Todos estão lotados em diferentes unidades acadêmicas, demonstrando heterogeneidade em relação ao local de trabalho.

O próximo tópico, por sua vez, mergulhará nas complexidades das desigualdades digitais conforme relatadas, oferecendo uma análise do cenário educacional de servidores/as mais velhos/as, explorando como os usos de tecnologias digitais podem ampliar ou mitigar disparidades na experiência acadêmica e profissional.

Desigualdades Digitais e o Cenário Educacional de Servidores/as Mais Velhos/as

A pandemia de COVID-19 ressaltou a importância crescente das tecnologias digitais no cenário educacional. Contudo, esse avanço tecnológico também evidenciou disparidades significativas no acesso e uso dessas ferramentas, lançando luz sobre as desigualdades digitais que permeiam as instituições de ensino. Autoras como Parreiras e Macedo (2023)³ têm argumentado que as desigualdades digitais também envolvem a competência digital, a utilização efetiva das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e, crucialmente, considerações socioeconômicas e culturais.

O conceito de desigualdades digitais, muitas vezes referido como “digital literacy” ou “digital divide,” destaca a disparidade nos processos de acesso, domínio e utilização das TICs. Ao se aprofundar na realidade brasileira, constata-se que, apesar dos avanços nos últimos anos, o acesso a determinadas tecnologias permanece desigual. Dados do TIC Domicílios (2018) revelam que, embora 93% dos domicílios possuam telefone celular, apenas 14% possuem tablet, evidenciando a diferença de acesso, por exemplo, entre dispositivos.

A interseccionalidade relacionada às desigualdades digitais é particularmente relevante ao considerar marcadores sociais, por exemplo, como classe social, gênero, raça, geração e sexualidade⁴. Gráficos apresentados pelas autoras mostram como as discrepâncias se tornam ainda mais evidentes quando se cruza o acesso aos dispositivos tecnológicos com a variável renda familiar. Notavelmente, o uso considerável de telefones celulares e conexões móveis destaca a disparidade de custos em comparação com computadores e conexões residenciais, colocando em relevo a complexidade dessas desigualdades.

³O artigo completo pode ser acessado em: <https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Desigualdades-digitais-e-educac%C3%A7%C3%A3o-breves-inquietac%C3%A7%C3%B5es-pande%C3%92micas.pdf>

⁴Sobre interseccionalidade e marcadores sociais das diferenças, consultar: Crenshaw, 1991; Piscitelli, 2008; Henning, 2015.

Diante desse panorama, a imposição do ensino a distância (EAD) como solução emergencial nas universidades durante a pandemia tornou-se um ponto crítico. As autoras sugerem que, embora as tecnologias digitais possam ampliar possibilidades de comunicação e conexão, também podem se tornar instrumentos de mercantilização e precarização da educação brasileira. A resistência de algumas universidades em adotar integralmente o EAD destaca as preocupações relacionadas à desigualdade digital, particularmente quando consideramos a diversidade de contextos em que alunos/as e professores/as se encontram.

A discussão sobre desigualdades digitais nos contextos contemporâneo e educacional brasileiro emergem como um fenômeno complexo e multifacetado. A compreensão dessas disparidades não deve se limitar à análise superficial do mero acesso à internet, mas deve contemplar as nuances das competências digitais, as barreiras socioeconômicas, a diversidade de contextos e até mesmo a questão etária, entre outras questões.

Como discutido por David Nemer (2021) - em sua obra “Tecnologia do Oprimido: Desigualdade e o Mundano Digital nas Favelas do Brasil” - contrariando a abordagem simplista de “inclusão” e “exclusão digital”, o autor ressalta que a dinâmica digital vai além da mera disponibilidade de acesso à tecnologia. Ele argumenta que o termo “inclusão digital”, embora valioso para políticas públicas, por vezes limita a compreensão das verdadeiras complexidades vivenciadas por comunidades marginalizadas.

Ao examinar as favelas do Brasil, Nemer⁵ destaca que o acesso à tecnologia não garante necessária ou automaticamente a capacidade de navegar efetivamente nesse ambiente digital em constante evolução. Os habitantes dessas comunidades muitas vezes se deparam com desafios extras que transcendem a simples presença de dispositivos ou conectividade. O termo “desigualdades digitais,” proposto por Nemer (2021:67), portanto, abraça uma análise mais abrangente, englobando não apenas a disponibilidade de acesso, mas também as disparidades no domínio e na utilização eficaz da tecnologia.

Ao nos aprofundarmos nas reflexões de Nemer, percebemos que as desigualdades digitais não são apenas uma questão de presença ou ausência de “tecnologias”, mas uma entrelaçada rede de desafios e oportunidades que exigem uma abordagem holística. Integrar essa perspectiva enriquecedora nas discussões contemporâneas sobre inclusão, justiça e democracia digital proporciona uma compreensão mais completa das complexidades inerentes ao cenário digital, abrindo espaço para estratégias mais eficazes e inclusivas.

Trajetórias do Envelhecimento e do Curso da Vida: uma jornada antropológica na Universidade Federal de Goiás

No cenário do envelhecimento contemporâneo, as trajetórias de vida se entrelaçam em uma tapeçaria complexa. Desde as sociedades tribais até as contemporâneas, o envelhecimento é vivenciado e interpretado de maneiras diversas em profunda variação e plasticidade histórico-cultural. A reflexão se estende ao ambiente universitário, onde os/as servidores/as públicos/as

⁵ NEMER, Davi. *idem.*

60+ na Universidade Federal de Goiás podem enfrentar desafios significativos, especialmente diante da digitalização do trabalho.

A análise antropológica do curso da vida, tão bem problematizada por Guita Grin Debert (1999), revela que a velhice é uma construção social, moldada por fatores históricos, culturais e sociais. Henning (2014), por sua vez, problematiza concepções de temporalidade fundamentadas em uma linearidade ocidental do curso da vida, destacando a arbitrariedade histórico-cultural dos processos relacionados ao envelhecimento e, sobretudo, a sua heterogeneidade. Nas sociedades tribais, exemplificadas por Seeger (1980), os mais velhos desempenham papéis cruciais, transmitindo sabedoria e guiando as comunidades em momentos decisivos.

Guita Grin Debert (1999) introduz diversas facetas da velhice contemporânea, incluindo a velhice ativa, fragilizada, institucionalizada e bem-sucedida. A pesquisa explora como essas categorias se entrelaçam na vida dos/as servidores/as públicos/as da UFG, destacando as heterogeneidades e possíveis desafios enfrentados por essa população no contexto laboral.

A análise do preconceito etário lança luz sobre um dos desafios cruciais enfrentados pelos/as servidores/as mais velhos/as na UFG durante a digitalização do trabalho. Como possível forma de discriminação presente no ambiente profissional, o preconceito etário pode afetar o bem-estar e a saúde mental desses profissionais, revelando dinâmicas sociais complexas e desigualdades estruturais. Além disso, minha pesquisa sugere a necessidade de produção de políticas e práticas inclusivas, reconhecendo o valor da experiência acumulada pelos/as servidores/as mais velhos/as e abraçando a diversidade no curso da vida.

Plataformas Digitais Governamentais na UFG

A categoria “plataforma digital” foi escolhida nesta pesquisa devido à sua capacidade abrangente de englobar estruturas tecnológicas operacionais. Em contraste com termos mais específicos, como “mídias sociais” ou “mídias digitais”, a escolha destaca a natureza interconectada e a funcionalidade de sistemas tecnológicos que vão além do simples uso de aplicativos ou redes sociais. A definição adotada inclui uma variedade de tecnologias, desde hardware e software até sistemas online, refletindo a diversidade de contextos nos quais as plataformas digitais são implementadas.

A pesquisa se concentra em analisar plataformas digitais utilizadas por órgãos governamentais, como o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), evidenciando a relevância do termo para descrever infraestruturas sociotécnicas que facilitam transações em rede. A compreensão detalhada do funcionamento dessas plataformas é essencial para uma etnografia mais profunda sobre desafios e oportunidades enfrentados pelos/as usuários/as da UFG.

Além disso, a menção de Daniel Miller (2018) ressalta como as plataformas digitais podem estender tendências existentes, criar nichos explorados por hackers e golpistas, mas também oferecer espaços de subversão, resistência e desestabilização de status quo. A análise das plataformas governamentais, como destacado por Soonhee Kim, Kim Normann Andersen e Jungwoo Lee (2022), revela sua relevância na busca por eficiência, transparência e participação cidadã.

Dessa forma, o uso consistente do termo "plataforma digital" na pesquisa destaca a centralidade dessas estruturas tecnológicas, abrangendo desde o ambiente acadêmico até as esferas governamentais e comerciais, como uma lente importante para entender as transformações sociais, econômicas e culturais na era digital.

Os resultados do *survey* indicam que três plataformas desempenham papéis centrais na dinâmica da UFG. O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado em 2017, emerge como uma peça fundamental na gestão de documentos eletrônicos. Ao substituir o uso de papel, a proposta do SEI é não apenas reduzir custos, mas também agilizar processos administrativos, promovendo eficiência e sustentabilidade.

Outra plataforma relevante é o SouGov, uma ferramenta governamental que oferece acesso a serviços e informações direcionadas aos/as servidores/as públicos/as da instituição. Complementarmente, a UFGNet, lançada em 2021, representa a plataforma interna da universidade, consolidando uma variedade de serviços e recursos para a comunidade acadêmica.

Além dessas, a UFG adota as ferramentas do Google Workspace desde 2019, por meio de uma licença específica para instituições de ensino. Esse conjunto de aplicativos, incluindo Gmail, Google Drive, Google Docs, Agenda e Chat, visa facilitar a comunicação, colaboração em tempo real e organização de informações, com o objetivo declarado de contribuir para a produtividade e integração da comunidade universitária.

Pelas características e brevidade deste texto, não será possível apresentar um aprofundamento das análises. Porém, ao longo da minha dissertação serão analisados os usos, impactos e desafios dessas plataformas digitais nas relações de trabalho de servidores 60+ da UFG. Em particular, dada atenção aos benefícios e desafios enfrentados por servidores/as com sessenta anos de idade ou mais, relacionados à utilização dessas plataformas.

Considerações finais

Ao mobilizar o tema do envelhecimento, plataformas digitais e transformações no ambiente de trabalho na Universidade Federal de Goiás (UFG), surgem reflexões em processos que vão além de conclusões pontuais. Esta pesquisa, iniciada durante a complexidade da pandemia, não se limitou à análise das entrevistas, mas buscou conectar uma ampla gama de referências, incluindo a antropologia digital e análises relacionadas ao trabalho e ao envelhecimento.

O esforço para compreender as experiências e desafios de servidores e servidoras com mais de sessenta anos tem revelado narrativas complexas que estão, porém, longe de apresentarem uma perspectiva negativa sobre a relação entre envelhecimento, velhice e digitalização das relações de trabalho no contexto analisado. De todo modo, embora as plataformas digitais prometam eficiência e modernização, também destacam disparidades que merecem atenção. A transformação do mundo do trabalho impulsionada pela "revolução digital" trouxe não apenas facilidades, mas também um conjunto complexo de adaptações que muitas vezes representam desafios para todos, mas em especial àqueles com décadas de experiência acumulada.

As histórias compartilhadas pelos/as servidores/as contribuíram para um entendimento mais profundo das interações entre humanos e tecnologia, destacando como as plataformas digitais não são apenas instrumentos, mas também moldam relações, identidades e percepções. Como uma diretora setorial na instituição analisada, meu lugar de fala acrescenta, de certo modo, uma dimensão prática a essas reflexões. A responsabilidade de guiar a instituição através dessas mudanças impõe a necessidade de não apenas reconhecer desafios, mas também de indicar caminhos e sugerir estratégias. O que, obviamente, é difícil e desafiador em si mesmo. Nesse contexto, destaco que as dificuldades encontradas podem superar as expectativas iniciais, demandando uma abordagem proativa e inclusiva para reduzir desigualdades e garantir que todos/as os/as membros da comunidade universitária possam prosperar em um ambiente digital em constante evolução.

Por fim, esta investigação oferece a potencialidade de contribuir para informar decisões e políticas que promovam uma transição digital mais equitativa. As experiências compartilhadas pelos/as servidores/as não apenas apontam para desafios, mas também para oportunidades de aprendizado e crescimento mútuo. Ao focarmos não apenas nas dificuldades, mas nas soluções potenciais, podemos construir um ambiente de trabalho digital mais inclusivo e adaptado às diversas trajetórias profissionais e pessoais de nossa comunidade acadêmica, sobretudo das suas pessoas mais velhas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. [s.d]. “SOUGOV.BR”. *Governo Federal*. Acesso em: 30 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/sou-gov>>.
- BRASIL. 2003. “Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. *Diário Oficial da União*. Acesso em: 23 de julho de 2023. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>.
- BRASIL. 2021. “Conheça o novo portal UFGNet”. *Universidade Federal de Goiás*.,. Acesso em: 30 de maio de 2023. Disponível em: <<https://ufg.br/n/novo-portal-ufgnet>>.
- BRASIL. 2021. “Sistema Eletrônico de Informações”. *Universidade Federal de Goiás*.,. Acesso em: 26 de maio de 2023. Disponível em: <<https://cidarq.ufg.br/p/38087-sistema-eletronico-de-informacoes>>.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. 1991. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. *Stanford Law Review* 43(6)1241-1299.
- DEBERT, Guita Grin. 1999. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Privatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DO NASCIMENTO CÉZAR, Adriane Geralda Alves. 2023. *Trabalho, Aposentadoria e Envelhecimento: Entre os Caminhos da (In) Segurança Social e das (In) Certezas Pessoais*. Editora Appris.

- HENNING, C. E. 2014. *Paizões, tiozões, e tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- HENNING, C. E. 2015. *Interseccionalidade e Pensamento Feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. Revista Mediações. Londrina, Vol. 20. N.2, Julho-Dezembro. p. 97-128.
- HENNING, C. E. 2020. *Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19*. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 150-155.
- KIM, S., Andersen, K.N. and Lee, J. 2022. *Platform Government in the Era of Smart Technology*. Public Admin Rev, 82: 362-368 (Tradução própria).
- LINS, Beatriz Accioly; PARREIRAS, Carolina; DE FREITAS, Eliane Tânia. 2020. *Estratégias para pensar o digital*. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. e181821-e181821.
- MILLER, Daniel. 2018. “Digital anthropology”. In *The Open Encyclopedia of Anthropology, edited by Felix Stein*. Facsimile of the first edition in The Cambridge Encyclopedia of Anthropology. Online: <http://doi.org/10.29164/18digital>
- NEMER, David. 2021. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Editora Milfontes.
- PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata M. 2020. “Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas”. *Cientistas sociais e o coronavírus Florianópolis*: Tribo da Ilha Editora, p. 485-491.
- PISCITELLI, Adriana. 2008. “Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, p. 263-274.
- SEEGER, Anthony. 1980. “Os Velhos nas Sociedades Tribais”. In.: *Os Índios e Nós: Estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- SCARTEZINI, Galba Cristina Bezerra França. 2018. *Inovações Tecnológicas na Administração Pública: a Implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI*. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública - Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná.

ANALISANDO NARRATIVAS DE SERVIDORES 60+ DA UFG SOBRE USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E DIGITALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Resumo

Este artigo analisa as narrativas de servidores/as com 60 anos ou mais da Universidade Federal de Goiás (UFG) sobre o uso de plataformas digitais no ambiente de trabalho e os impactos da digitalização nas relações trabalhistas. Baseando-se em referências da antropologia digital e estudos sobre envelhecimento e evolução do trabalho, o estudo aborda as transformações decorrentes da implementação de sistemas digitais como o SEI, SouGov e UFGNet, além de ferramentas como o Google Workspace. Ao investigar as experiências desses/as servidores/as, buscamos entender as desigualdades digitais, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para a adaptação à tecnologia. A pesquisa foi realizada com base em entrevistas e um survey aplicado durante a pandemia de COVID-19, período que intensificou o uso dessas plataformas.

Palavras-chave

Servidores 60+; plataformas digitais; digitalização; desigualdades digitais.

ANALYZING NARRATIVES OF 60+ UFG EMPLOYEES ON THE USE OF DIGITAL PLATFORMS AND THE DIGITALIZATION OF LABOR RELATIONS

Abstract

This article analyzes the narratives of employees aged 60 or older at the Federal University of Goiás (UFG) regarding the use of digital platforms in the workplace and the impact of digitalization on labor relations. Drawing on digital anthropology and studies on aging and labor evolution, the research explores the transformations brought by the implementation of digital systems such as SEI, SouGov, and UFGNet, as well as tools like Google Workspace. By investigating the experiences of these employees, the study seeks to understand digital inequalities, challenges faced, and strategies for adapting to technology. The research was conducted through interviews and a survey applied during the COVID-19 pandemic, a period that intensified the use of these platforms.

Keywords

60+ employees; digital platforms; digitalization; digital inequalities.